

Sumário

Apresentação	1
<i>Almir Garnier Santos</i>	
Visitando o Tribunal Marítimo, Órgão Autônomo e Auxiliar do Poder Judiciário	5
<i>Wilson Pereira de Lima Filho</i>	
Introdução	5
1 Brasil, um País Marítimo	6
2 Como Surgiu o Tribunal Marítimo Brasileiro.....	9
3 As Atribuições do Tribunal Marítimo.....	11
4 A Composição do Colegiado do Tribunal Marítimo	12
5 O Processo Marítimo no TM.....	14
6 Tribunal Marítimo do Brasil, um Desconhecido?	15
7 O Tribunal Marítimo na Atualidade	18
Considerações Finais.....	20
Referências	22
Um Breve Histórico da Procuradoria Especial da Marinha	25
<i>Luiz Octávio Barros Coutinho</i>	
Introdução	25
1 Resumo Histórico.....	26
2 Alguns Casos de Atuação da PEM.....	28
2.1 Bateau Mouche IV	29
2.2 Plataforma P-36	29
2.3 Changri-Lá.....	29
Considerações Finais.....	30
Referências	32

**Seguro Marítimo: Considerações sobre as Coberturas
Básicas da Apólice Brasileira de Seguro Cascos35**

Arthur R. Carbone

Introdução	35
1 Coberturas Básicas da Apólice Brasileira de Seguro Cascos.....	39
2 Perda Total (PT).....	39
3 Assistência e Salvamento (AS)	44
4 Avaria Grossa (AG).....	47
5 Responsabilidade Civil por Abalroação (RCA).....	55
6 Avaria Particular (AP)	58
Referências	60

**A Harmonia entre as Normas da Autoridade Marítima
e as Normas das Capitania dos Portos 63**

Attila Halan Coury

Introdução	63
1 Moldura Legal e as Normas da Autoridade Marítima Brasileira	64
2 Estrutura da Autoridade Marítima Brasileira	67
3 Principais Tópicos Abordados nas NPCP	71
3.1 Organização, Jurisdição e Limites	71
3.2 Dotação de Material de Segurança das Embarcações e Documentos Obrigatórios.....	72
3.3 Procedimentos para o Tráfego e Permanência no Porto	74
3.3.1 Tráfego e permanência nos portos	74
3.3.2 Emprego de rebocadores.....	75
3.3.3 Despacho de embarcações.....	76
3.3.4 Serviço de praticagem	76
3.4 Parâmetros Operacionais do Porto e Procedimentos Especiais.....	78
3.4.1 Calado máximo recomendado-CMR (Calado Operacional)	79

3.4.2 Restrições de velocidade, cruzamento, ultrapassagem fundeio e de porte das embarcações.....	81
3.4.3 Monitoramento das condições batimétricas e ambientais	82
3.5 Vias Navegáveis da Jurisdição	82
Conclusão.....	85
Referências	85

**Reflexões a Respeito dos Requisitos para o Oferecimento
de Representações pela Procuradoria Especial da Marinha
perante o Tribunal Marítimo** 89

Bernardo Mendes Vianna | Erika Feitosa Chaves

Introdução	89
1 Direito Administrativo Sancionador	91
2 Aplicação Subsidiária do Direito Penal ao Direito Administrativo Sancionador.....	95
Derradeiras Considerações.....	100
Referências	100

**Essencial Interoperabilidade entre o Tribunal Marítimo
e o Poder Judiciário** 103

Carmen Lucia Sarmiento Pimenta

Introdução	103
1 O Egrégio Tribunal Marítimo	104
1.1 Um Pouco de Sua História	104
1.2 Da Essência do Tribunal Marítimo	106
1.3 O Tribunal Marítimo Além das Fronteiras.....	108
2 Da Efetiva Cooperação do Tribunal Marítimo com o Poder Judiciário	111
2.1 Processos do Tribunal Marítimo no Poder Judiciário em Números.....	115
2.2 Analisando o Caso Concreto	116

Considerações Finais.....	120
Referências	121

**O Tribunal Marítimo: Aspectos Importantes sobre
Suas Atribuições e Sua Competência para Julgar**

Poluição Ambiental	125
---------------------------------	------------

Diana Soares Corteze Caldeira

Introdução	125
1 Tribunal Marítimo. Histórico e Considerações	126
2 Competência do Tribunal Marítimo para Julgar Acidentes e Fatos da Navegação.....	133
3 Enquadramento da Poluição Ambiental como Fato Típico de Competência do Tribunal Marítimo	136
Considerações Finais.....	141
Referências Citadas e Bibliografia Indicativa.....	143

**Responsabilidade da Autoridade Portuária no
Estabelecimento de Parâmetros de Operação**

Estabelecimento de Parâmetros de Operação	149
--	------------

Fernando Alves Ladeiras

Introdução	149
1 Da Legislação Pertinente – Lei dos Portos.....	150
2 A Terminologia Usada para Estabelecer os Limites Operacionais em um Porto ou Terminal.....	154
3 Para Entender a Complexidade do Tema, Apresentamos uma Comparação do “Navio” com o Paradigma “Carro”	160
4 Efeitos do Aumento da População Mundial	161
5 Crescimento das Cidades Portuárias e os Problemas que Impactaram os Portos	163
6 Coordenação da Autoridade Marítima	166
7 Efeito dos Julgados no Tribunal Marítimo na Determinação dos Limites Operacionais	168

Conclusão.....	172
Referências	173

As Responsabilidades Decorrentes dos Acidentes

Marítimos e a Independência de Instâncias 175

Francisco José Siqueira Ferreira

Introdução	175
1 A Responsabilidade Civil.....	177
2 A Responsabilidade Penal	179
3 A Responsabilidade Administrativa.....	180
4 A (In) Dependência de Instâncias	182
5 A Invalidação das Decisões do Tribunal Marítimo pelo Poder Judiciário e a Presunção de Certeza.....	187
Considerações Finais.....	194
Bibliografia.....	195

A Inovação do NCPC Quanto à Suspensão de Processos

Judiciais Durante a Tramitação de Processos perante o

Tribunal Marítimo (Artigo 313, VII do CPC/2015)

Reconhecimento da Relevância Técnica e da Força

Probatória da Decisão Proferida pela Corte Marítima197

Godofredo Mendes Vianna | Rodrigo Baptista Dalhe

Marcelo Engelke Muniz

Introdução	197
1 Breve Abordagem do Rito do Processo perante o Tribunal Marítimo – Ampla Dilação Probatória e Respeito aos Princípios do Contraditório e Ampla Defesa.....	201
2 Do Reconhecimento pelo Poder Judiciário da Relevância Técnica da Decisão Proferida pelo Tribunal Marítimo – Exegese do Artigo 313, VII do CPC/2015.....	205
Conclusão.....	217
Referências Bibliográficas.....	218

**A Importância dos Inquéritos Administrativos sobre
Acidentes e Fatos da Navegação para os Processos
perante o Tribunal Marítimo221**

Iwam Jaeger | Diego Corrêa Lima de Aguiar Dias

Julia Triani Oliveira

Breve Introdução..... 221

1 A Função Sancionatória do Tribunal Marítimo e Sua
Interface com o IAFN 223

2 Noções Básicas Acerca do IAFN 224

2.1 Tempo, Competência e Hipóteses de Instauração do IAFN 225

2.2 A Instrução do IAFN 229

2.3 Prazo Para Conclusão, Relatório, Defesa Prévia e Envio
ao Tribunal Marítimo 232

3 A Importância do IAFN 233

3.1 Para o Processo Marítimo..... 234

3.2 Para Além do Processo Marítimo..... 239

Conclusão..... 243

Referências Bibliográficas 243

**A Importância da Engenharia Naval nos Julgamentos
do Tribunal Marítimo 245**

Júlio César Silva Neves

Introdução 245

1 Conceitos Básicos de Arquitetura Naval 248

2 Estabilidade 252

2.1 Efeito Deslocamento Lateral de Peso..... 255

2.2 Efeito Deslocamento Vertical de Peso..... 257

2.3 Efeito Superfície Livre 259

2.4 Estabilidade Dinâmica 260

3 Comprimento Alagável..... 262

4 Estrutura 263

Considerações Finais.....	267
Referências	268
O Processo Registral do REB e Pré-REB.....	269
<i>Luís Felipe Galante</i>	
Introdução	269
1 Normas Aplicáveis.....	270
2 O Procedimento Registral.....	271
Conclusão.....	291
Referências	293
Responsabilidade Administrativa do Armador perante	
o Tribunal Marítimo	295
<i>Maria Cristina de Oliveira Padilha Lucas Sarmento Pimenta</i>	
Introdução	295
1 Da Armação de Navios	296
2 Da Responsabilidade Administrativa no Direito Marítimo.....	300
3 Da Responsabilidade Perquirida pelo Tribunal Marítimo	304
4 Da Responsabilidade do Armador perante a Corte Marítima.....	310
Considerações Finais.....	319
Referências	320
O Grau de Cogência da Convenção das Nações Unidas	
sobre o Direito do Mar: um Olhar Internacional para	
a Corte Marítima – Tribunal Marítimo	323
<i>Marcelo David Gonçalves</i>	
Introdução	323
1 O Direito Internacional Marítimo	324
2 Evolução Normativa do Direito Marítimo.....	326
3 Tipos de Navios.....	331
4 Os Espaços Marítimos Sujeitos à Jurisdição Nacional	332
4.1 As Águas Interiores.....	332

4.2 O Mar Territorial	333
4.3 Zona Contígua.....	338
4.4 Zona Econômica Exclusiva	339
4.5 Plataforma Continental.....	341
5 Espaços Marítimos Não Sujeitos à Jurisdição Nacional.....	343
5.1 O Alto-Mar.....	343
5.2 A Área ou as Grandes Profundezas.....	344
Considerações Finais.....	344
Referências	345
O Voto de Minerva: da Mitologia Grega ao Tribunal	
Marítimo	349
<i>Matusalém Gonçalves Pimenta</i>	
Introdução	349
1 O Voto de Minerva na Mitologia.....	351
2 O Voto de Qualidade no Ordenamento Jurídico	358
3 O Voto de Minerva no Tribunal Marítimo.....	360
Conclusão.....	364
Referências.....	365
O Artigo 313, Inciso VII, do Código de Processo Civil:	
Por Que Suspender Processos Judiciais Enquanto	
Pendente a Decisão do Tribunal Marítimo?	367
<i>Nelson Cavalcante e Silva Filho</i>	
Introdução	367
1 Por Que do Inciso VII, do Art. 313, do CPC?.....	369
1.1 A Natureza Jurídica do Acórdão do Tribunal Marítimo.....	369
1.2 A Suspensão dos Processos Judiciais e a Arte de Equilibrar	
Princípios Constitucionais em Aparente Colisão. Adequação,	
Necessidade e Proporcionalidade.....	375

2 O Tribunal Marítimo	384
Conclusão.....	394
Bibliografia.....	399

A Metodologia para a Investigação dos Acidentes e Fatos da Navegação: uma Visão da Procuradoria

Especial da Marinha.....	401
<i>Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro</i>	
Introdução	401
Aplicação das Técnicas de Investigação em um IAFN.....	403
Considerações Finais.....	419
Referências Bibliográficas	419

Contratos de Afretamento no Direito Brasileiro e a Cláusula Knock-For-Knock: Alocação de

Responsabilidade das Partes.....	421
<i>Pedro Calmon Neto</i>	
Introdução	421
1 Institutos de Direito Marítimo Aplicáveis aos Contratos de Afretamento	422
2 Armador.....	423
3 Capitão como Preposto do Armador.....	424
4 Dos Contratos de Afretamento e Suas Espécies.....	425
5 Responsabilidades nos Contratos de Afretamento	429
6 Responsabilidade por Danos Causados a Terceiros.....	431
7 A Cláusula Knock-For-Knock – Alocação de Responsabilidade das Partes	434
Conclusão.....	439
Referências	440

Representação Privada no Processo do Tribunal Marítimo: Natureza Jurídica e Algumas Questões Controvertidas	443
<i>Sérgio Ferrari Roberta Labruna</i>	
Introdução	443
1 Origem e Natureza Jurídica	445
2 Procedimento	447
3 <i>In Dubio Pro Reo Ou In Dubio Pro Societate?</i>	451
4 Ainda a Questão do “Legítimo Interesse Econômico ou Moral”	454
5 A Questão do Prazo para a Representação Privada e Sua Contagem. Algumas Reflexões da Prática da Advocacia no TM.....	458
Conclusões	464
Referências	465